

As manifestações populares de 2013: uma análise do princípio da manifestação do pensamento

PAULA ALICE DODÓ MÜLLER*

RAQUEL VEGGI MOREIRA**

Resumo: O presente trabalho teve o escopo de evidenciar o progresso ocorrido na forma como o ser humano, necessitado de relacionar-se, comunicou ao longo de sua história. Buscou-se desenvolver uma pesquisa através de uma enquete direcionada a um público difuso. Desse modo, ressalta-se o grande papel das mídias sociais na evolução da história humana e no progresso da liberdade de manifestação de pensamento e do exercício da democracia. O desenrolar da forma de como o homem se manifestou fez emergir as redes sociais digitais, tão essenciais no mundo contemporâneo. Nesse contexto, o presente artigo evidenciou a opinião do público acerca das redes sociais digitais e sua relação direta com as manifestações sociais ocorridas, em nosso país.

Palavras-chave: Redes Sociais Digitais; Liberdade de Pensamento; Democracia.

Abstract: The present work has the scope to highlight the advances made in how humans need to relate, announced throughout its history. We sought to develop a research through a survey directed at a diffuse public. Thus, we emphasize the important role of social media in the evolution of human history and progress of freedom of expression of thought and the exercise of democracy. The unfolding of form manifested as man did emerge digital social networks, so essential in the contemporary world. In this context, this paper showed the public's opinion on online social networks and their direct relation with social events that occurred in our country.

Key words: Digital Social Networks; Freedom of Thought; Democracy.



* **PAULA ALICE DODÓ MÜLLER** é Mestranda em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); Pós-Graduando em Direito Público pela Famesc.



** **RAQUEL VEGGI MOREIRA** é Mestranda em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

1. Introdução

A comunicação é, por excelência, o meio pelo qual o indivíduo se faz compreender e se relaciona com os outros sujeitos inseridos no seu contexto social. Assim, na medida em que as relações humanas se potencializaram, tornando-se cada vez mais entrelaçadas e difusas, fez-se necessário o incremento da forma com que cada indivíduo se comunicava com o outro. O uso de métodos mais eficazes e precisos potencializou a forma de comunicação humana.

Esse progresso se faz presente, sobretudo na livre manifestação do pensamento, direito assegurado pela Carta Constitucional de 1988¹. Tal direito, tão respeitável, é o cerne para que o processo evolutivo da sociedade se faça presente e que discussões acerca de temas relacionados com problemas e as possíveis soluções sejam afrontadas e debatidas.

Dentro desse contexto, o objetivo deste artigo é responder à seguinte pergunta: dado o exemplo das manifestações populares nacionais ocorridas em junho de 2013, de que forma o ambiente das redes sociais digitais podem servir como instrumentos capazes de auxiliarem no exercício da liberdade da manifestação do pensamento e contribuir com a democracia?

Assim, para a elaboração do presente trabalho foi realizada uma enquête aplicada entre os dias 19 e 23 de agosto de 2013. Os pesquisados foram escolhidos dentre profissionais do Direito, usuários das redes sociais digitais.



O questionário incluiu desde perguntas pessoais: idade, sexo, grau de escolaridade, frequência de utilização das redes sociais e uma pergunta a ser respondida pelo

entrevistado, na qual se inseria a seguinte questão, a saber: A democracia, como forma do exercício do direito da liberdade de pensamento previsto na CRFB/88, através das redes sociais digitais é fato relevante ou não? Por quê?

A pretensão deste trabalho foi levantar apontamentos para estimular o desenvolvimento de futuras pesquisas sobre o uso das redes sociais digitais no que tange ao direito da manifestação do pensamento abordando debates sobre questões pautadas em problemas sociais, propiciando-se uma busca sobre suas plausíveis soluções.

2. Breve contextualização da evolução dos meios de comunicação

É inegável que há um processo de mudança em todas as áreas da sociedade, outrora voltada à indústria e baseada na informação. O impacto das tecnologias da informação e da comunicação (TIC'S) é sentido sobre toda a vida social, culminando nos mais diversos tipos de transformações nas relações entre os indivíduos, principalmente na maneira como que se comunicam.

Sobre tal importância, Melo (1998) declara:

Os estudos específicos em comunicação não são recentes. No século III A.C., Aristóteles já estudava a comunicação interpessoal dirigida para determinada audiência. Os estudos sobre a retórica, desenvolvidos pelos sofistas, enfatizavam a transmissão da informação como processo de persuasão. (MELO, 1998, p.21)

¹ Constituição da República Federativa do Brasil.

Segundo Lastres *et. al.* (1999), no contexto da emergência de novas formas produtivas e societárias que caracterizam o que alguns denominam “sociedade de informação” e outros chamam “sociedade do conhecimento”, a produção/distribuição de informação e de conhecimento e a redução das desigualdades sociais tornam-se mutuamente indispensáveis.

No que tange à evolução dos meios de comunicação, dando-se o merecido enfoque à evolução humana, as fases do conhecimento se apresentam desde a pré-história. Dos primatas que eram desprovidos de entendimento sobre os fenômenos da natureza até o uso da metodologia da ciência para explicação do improvável, viu-se a comunicação como pano de fundo para o enlaçamento das relações humanas.

Sabe-se que as primeiras formas de comunicação foram realizadas por meio de expressões gráficas e pinturas rupestres, manifestadas há milhares de anos. Sob a ótica do filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), a primeira linguagem do homem foi o “grito da natureza”, que era usado pelos primeiros homens para implorar socorro no perigo ou como alívio de dores violentas, mas não de uso rotineiro.

Com o conhecimento tornando-se cada vez mais evidenciado, a linguagem escrita é desenvolvida pelos sumérios, possibilitando inúmeras mudanças no que se refere à utilização de suportes para escrita e linguagem.

Conforme Defleue e Ball-Rockeach (1994) *apud* Souza (2003), divide-se a História em antes e depois da escrita. Nesse sentido, Giovanini (1987) relata:

(...) sem dúvida, o advento da tipografia contribuiu enormemente para o nascimento do homem moderno, permitindo-lhe o

desenvolvimento de capacidades até então adormecidas.

Nesse contexto, com a necessidade de aperfeiçoar os meios e de veicular a informação, em 1438, Johannes Gutenberg desenvolve a “prensa de Gutenberg”, revolucionando assim toda a impressão de documentos, sendo essa, por sua vez, a primeira etapa do contexto histórico da evolução dos veículos de comunicação e tecnologia.

A partir desse momento, inúmeras foram as invenções que marcaram o desenrolar da comunicação e completaram um ciclo de evolução.

Essa evolução prossegue até os dias atuais, quando a sociedade vivencia a era digital e a comunicação instantânea através da internet, complementadas aos meios de comunicação já existentes. Pode-se afirmar que nenhuma descoberta foi tão enfática para a comunicação como a *internet*. Este recurso tornou-se em pouco tempo um dos meios mais utilizados e expandidos globalmente.

Dentre do contexto analisado, o desenvolvimento da internet como novo meio de comunicação e informação foi fundamental para os movimentos sociais contemporâneos. Isto porque, como sustenta Castells:

A comunicação de valores e a mobilização em torno do sentido são fundamentais. Os movimentos culturais (entendidos como movimentos que têm como objectivo defender ou propor modos próprios de vida e sentido) constroem-se em torno de sistemas de comunicação – essencialmente a Internet e os meios de comunicação – porque esta é a principal via que estes movimentos encontram para chegar àquelas pessoas que podem eventualmente partilhar os seus valores, e a partir daqui actuar na consciência da sociedade no seu conjunto (Castells, 2004, p. 170)

De fato, a partir dos anos 2000, com o estabelecimento da denominada sociedade da informação, inaugurou-se a chamada *web* colaborativa ou *web* 2.0, na qual novas tecnologias de *softwares* e instrumentos de programação assumiram papel fundamental no estreitamento dos laços sociais e a maior interatividade entre os indivíduos.

Com efeito, a difusão da internet proporcionou a superação das barreiras da distância física e, em muitos casos, temporal, além de estimular o surgimento de diversos projetos colaborativos. Assim, o mesmo espírito de liberdade e valorização da inteligência coletiva que permitiu o desenvolvimento da internet permanece enraizado profundamente nos usuários da internet nos dias de hoje.

3. As mídias sociais, redes sociais digitais e a democracia

As mídias sociais devido à sua grande abrangência são difíceis de ser conceituadas. De acordo com Wikipédia, embora esta careça de credibilidade e legitimidade em vários de seus artigos, ela representa por si só uma mídia social muito ampla, construída pela contribuição de indivíduos, define portanto, mídias sociais:

(...) são aplicações baseadas na internet, construídas sobre as fundações ideológicas e tecnológicas da *web* 2.0 e que permitem a criação e a troca de conteúdo criado pelo usuário. (...) Mídias sociais se diferenciam das mídias tradicionais/industriais em vários aspectos, como, por exemplo, qualidade, alcance, frequência, operacionalidade, imediatidade e permanência. (WIKIPÉDIA, 2013, tradução nossa)

As mídias sociais apresentam um poderoso potencial de reconstrução das formas de interação entre os sujeitos,

pois o limite para tais interações deslocou-se das limitações tecnológicas e da concentração dos meios de produção de informação para a criatividade aplicada ao uso que o indivíduo faz dos instrumentos de que dispõe. Assim sendo, temos que cada indivíduo pode assumir o papel, dentro da sua rede, de emissor de informação para os outros indivíduos, chamados de receptores, de forma a estabelecer de vez a existência de uma rede social distribuída e fluída.

Importante então fazer uma diferenciação entre redes sociais e mídias sociais. As redes sociais são as formas pelas quais as pessoas se organizam. São estruturas de comunicação e interação formadas entre indivíduos desde os primórdios da humanidade. Nas palavras de Bruno Costa Teixeira (2011, p. 72):

Redes sociais remontam à própria história da humanidade e, desde o tempo em que o relacionamento intersubjetivo é possível, os indivíduos têm formado estruturas de interação que funcionam como redes vivas, onde há padrões não-materiais de relações. Diferentemente de redes de pescas ou teias de aranhas, que não são mais do que estruturas materiais inanimadas, as redes sociais funcionam como um todo orgânico e dinâmico que assume diversificadas formas à medida que os sujeitos interagentes reconstróem seus laços de relacionamento.

Nesse contexto, a evolução dos serviços oferecidos pela internet, já em sua fase de *web* colaborativa, tornou possível a visualização, no plano digital, dessas redes, que se organizaram de forma distribuída a partir da popularização da internet.

Indubitável é que, as redes sociais são mecanismos valiosos de exercício da democracia, uma vez que possibilitam o

manifestar de opiniões. Para José Afonso da Silva (2002, p. 143-144), democracia não se resume a simples conceito teórico da ciência política, e sim uma definição que vem sendo historicamente construída e que possui correlação direta com o respeito aos direitos fundamentais do povo.

O termo *democracia* ganhou maior destaque na Grécia antiga, sendo desde aquela época, a mais avançada forma de governo, em que as pessoas participavam diretamente das decisões políticas do estado.

Assim, sua origem pode ser traçada à Grécia Antiga, especificamente à cidade-estado de Atenas. Após o declínio de Atenas e a conquista da Grécia por Filipe da Macedônia, pai de Alexandre o Grande, o regime de governo foi alterado e a democracia caiu em desuso (FRANCA, 2011). Tal regime ganhou destaque no cenário internacional com o advento das Revoluções Burguesas no século XVII e XVIII, momento histórico no qual se iniciou o rompimento com o absolutismo.

Com efeito, as amarras e privilégios excludentes do absolutismo já não eram mais suportáveis pelo povo não beneficiado, principalmente pela burguesia, que ansiava por controlar também o poder político do Estado. As Revoluções assumiram, então, um papel de rompimento com a ordem político-institucional vigente até então.

Para atingir tal objetivo, uma alternativa ao absolutismo deveria ser proposta. Foi quando a democracia dos gregos foi retomada, mas atualizada para as necessidades da época.

Nesse contexto, a democracia nos Estados Modernos e Contemporâneos é baseada em três pontos fundamentais: (i) a supremacia da vontade popular, (ii) a

preservação da liberdade e (iii) a igualdade de direitos (DALLARI, 2011)

No Brasil, de forma expressa, a fim de atualizar e conceituar o termo Democracia, o artigo primeiro da Constituição da República Federativa do Brasil, em seu parágrafo único concretiza que *“todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”*

Para alcançar os fins deste trabalho, vamos nos ater à democracia representativa que é o modelo democrático adotado pela maioria absoluta dos Estados, inclusive o Brasil. Tal modelo baseia-se na outorga de poderes a alguns cidadãos através de um mandato, concedido pelo povo para que estes representantes externem a vontade popular e tomem decisões. Contudo, já há algum tempo não faltam críticas para esse modelo. Com razão, fala-se em verdadeira crise da democracia representativa. Esta crise, na verdade, é tanto do representante quanto do representado. Do lado do representante temos uma crise de legitimidade, pois a formação de políticos profissionais, governantes patrimonialistas “donos do poder” interessados somente na manutenção do seu poder político, criou um repúdio, por parte do povo, aos representantes, uma vez que o povo não se sente representado.

Já pelo lado dos representados, encontramos uma crise de apatia política, cujo cerne está no desinteresse pela esfera política e seus acontecimentos.

A democracia e suas mídias e redes sociais estão subordinadas à mesma estrutura social que separa os homens em classes sociais, em todas as esferas da vida econômica, social, política e cultural. O acesso e formas de inserção na(s) cultura(s) encerram divisões e

antagonismos que as mídias e redes sociais, bem como a democracia, reproduzem e não solucionam.

4. As manifestações populares no Brasil

Nesse panorama de desinteresse e afastamento da esfera política por parte da sociedade, tivemos exemplos concretos do quão grande era o descontentamento da sociedade com os seus representantes.

O exemplo mais recente e mais impactante no cenário brasileiro de revolta popular ocorreu em meados de junho de 2013, com as manifestações que ficaram conhecidas por diversos nomes: Jornadas de Junho, Revolta do Vinagre, Movimento Passe Livre e manifestações de junho de 2013 são alguns deles. Os protestos foram os maiores organizados pelos brasileiros desde a época das Diretas Já e do impeachment do presidente Collor.

O estopim das manifestações foi o anúncio, por parte de diversos estados e municípios, de que a tarifa de transporte público seria reajustada. Natal, Porto Alegre e Goiânia, municípios que primeiro implantaram o aumento da tarifa, foram os primeiros locais das manifestações, ainda nos meses de março a maio de 2011. Contudo, somente quando o aumento foi implantado em São Paulo, a maior cidade do Brasil, que os protestos ganharam força e atraíram a devida visibilidade nacional.

Sob os slogans “Não é pelos 20 centavos”, em referência ao valor geral do reajuste das tarifas, “Vem pra rua” e “O gigante acordou”, as pessoas foram às ruas.

Inicialmente duramente reprimidas pela atuação policial – ocasião na qual surgiu a brincadeira com o vinagre, utilizado pelos manifestantes para diminuir os

efeitos das bombas de gás lacrimogêneo usadas pelo polícia e que resultou na prisão de várias pessoas por “porte de vinagre” –, o movimento ganhou força ao longo das duas primeiras semanas de junho, novamente por causa da adesão de diversas celebridades e por causa do massivo número de pessoas protestando nas ruas. O movimento rapidamente se espalhou por outras cidades brasileiras, o que causou a adesão de ainda mais pessoas, fato que ocasionou dois efeitos importantes: a mudança da postura institucional do Estado e da mídia tradicional e a incorporação de uma pauta de reivindicações diversificada.

Até então tratados como vândalos pela mídia, os manifestantes passaram a ser comparados aos Caras-Pintadas – pessoas que se mobilizaram na época do impeachment de Fernando Collor – e a repressão policial começou a ser vista com maus olhos. Além disso, políticos e governantes passaram a discursar no sentido de apoiar as manifestações.

O número imenso de pessoas trouxe uma diversidade cultural impressionante ao movimento. Por causa dessa diversidade, a pauta de reivindicações foi alargada. Gritos sobre a questão do reajuste das tarifas de transporte público se encontraram com gritos por investimentos e melhoramento nos serviços públicos, democratização da mídia massiva, rejeição de projetos como as PECs 37 e 33, melhor gestão dos gastos públicos, principalmente em relação a eventos como a Copa do Mundo de 2014, e por reforma política imediata.

E de maneira talvez inédita na história dos movimentos sociais recentes, todas as reivindicações tiveram seu espaço dentro das manifestações. Todas foram aceitas pelos manifestantes, ainda que não se tratasse da sua reivindicação

pessoal, o que só demonstra, novamente, o tamanho da insatisfação do povo.

Portanto, é correto dizer que o movimento foi composto, por um lado, por indivíduos insatisfeitos com o Governo por razões próprias e, por outro lado, pela aglutinação de movimentos sociais coletivos diversos, pré-existentes às manifestações, que trouxeram suas próprias demandas.

O movimento perdeu força após a atuação de grupos de ativistas radicais, que os meios de comunicação chamam de “vândalos”, nas manifestações, o que acarretou no esvaziamento das manifestações. Entretanto, foi alcançado sucesso em algumas demandas, como, por exemplo, a diminuição das tarifas e a rejeição da PEC 37.

Os meios que a população utilizou para se organizar e articular os movimentos, foi possível por causa de um incrível fator: as manifestações foram organizadas, ao menos em um momento, através de ações difusas na internet. Explica-se: os indivíduos envolvidos utilizaram todo o poder da tecnologia de rede (internet) para difundirem locais das manifestações, ideologias, estratégias para evitar repressões e expectativas para o futuro. Especificamente, a utilização de redes sociais digitais como o Twitter, o Facebook, o Tumblr e blogs foram essenciais para o sucesso das manifestações. Facebook e Twitter ficaram cheios de publicações referentes às manifestações e de chamadas para participar dos chamados Atos Nacionais (manifestações específicas que tinham como objetivo mobilizar o país inteiro de maneira coordenada).

Nascia assim, uma nova forma de manifestar a democracia, vez que o povo, de fato, influenciou na votação, de forma consciente, através das

manifestações nas ruas e nas redes sociais digitais.

Nessa conjuntura, se mostra com clareza solar a força estrondosa e o poder de manipulação e fortalecimento das massas por meio das redes sociais digitais. Não há dúvidas de que o uso desse mecanismo de comunicação pode ser um instrumento para imposição de opiniões e mudanças na conjuntura política, social e econômica de um país.

Portanto, o que se viu foi uma comoção nacional, com protestos que se arrastaram por dias e por várias cidades do país. Um fenômeno social de massa inteiramente novo tendo como cerne o uso das redes sociais digitais.

5. Análise do resultado da enquete

No sentido de se obter uma análise mais profunda dos caminhos percorridos pelo uso das redes sociais digitais como fator impulsor no exercício da liberdade de expressão e contribuição à democracia, realizou-se questões acerca do tema relevante.

A coleta de dados foi realizada por uma enquete aplicada entre os dias 19 e 23 de agosto de 2013. Os pesquisados foram escolhidos dentre profissionais do Direito, usuários das redes sociais digitais.

O questionário incluiu desde perguntas pessoais: idade, sexo, grau de escolaridade, frequência de utilização das redes sociais e uma pergunta a ser respondida pelo entrevistado, na qual se inseria a seguinte questão, a saber: A democracia, como forma do exercício do direito da liberdade de pensamento previsto na CRFB/88, através das redes sociais digitais é fato relevante ou não? Por quê?

Nessas circunstâncias, cabe apontar que dos vinte participantes, 80% são do sexo feminino e 20% são do sexo masculino,

apresentando como grau de escolaridade, 50% ensino superior completo e 50% pós-graduados. A respeito da faixa etária, 90% entre 22 e 45 anos, e 10% acima de 50 anos.

A pesquisa corroborou a direção do trabalho exposto, na medida em que nas declarações de todos os entrevistados, viu-se a unanimidade em se afirmar que com o alcance das redes sociais digitais quase que ilimitado, faz-se presente um cenário absolutamente favorável à disseminação de opiniões e concretização de pensamentos. Cabe esclarecer que a enquête aplicada com vinte profissionais ligados à área jurídica, envolveu uma pergunta relacionada ao exercício do direito de manifestação, tendo como base o manejo das redes sociais digitais.

Ademais, a pesquisa mostrou uma preocupação com o abuso do direito de se expressar por parte do usuário, que em determinados momentos excede a linha tênue da opinião e adentra no espaço privado de outro indivíduo, causando desconforto e incômodo. A formação do caráter do cidadão da era digital deve ser pautada sem excessos e serviço do bem social.

Ainda nesse sentido, possibilitou-se observar que os entrevistados com idade acima de cinquenta anos possuem maior dificuldade de adentrar nas redes sociais digitais, tendo um receio de grande exposição de imagem e repreensão das ideias expostas por eles.

Os usuários mais novos, com idade entre vinte e dois e trinta anos, corroboram a imagem das redes sociais como um fator primordial para manifestação do pensamento, sem temer, na maioria das vezes, a repercussão que todas as ideias expostas no âmbito da rede social digital possam causar.

O que se confirma, além disso, com essa pesquisa é a grandeza de todo o processo de evolução da maneira como o homem se comunicou. O progresso das formas de comunicação se fez presente em cada momento da evolução humana, demonstrando que ambos caminharam juntos pela estrada do desenvolvimento.

Observou-se, de um modo geral, através das opiniões coletadas, que há uma explicação para as manifestações populares de junho de 2013 disseminadas em todo o território nacional. Isso se deu, sobretudo, pelo uso mobilizador das mídias sociais digitais, para fins de protesto e reivindicação social. É possível notar ainda, que os argumentos dos entrevistados convergem no ponto em que declaram ser a democracia corolário do emprego da livre manifestação do pensamento. Essa manifestação, igualmente, só é possibilitada pelo desenrolar das mídias digitais e sua presença marcante na vida cotidiana do Brasil.

6. Considerações finais

A história recente do Brasil, que foi marcada por manifestações com proporções nunca vistas antes, mostrou o poder e a influência que as mídias sociais digitais desempenham no seio social. Desse modo, a cultura midiática, forneceu material para o fortalecimento de ideias e comportamentos, ebulição de opiniões políticas e construção de uma identidade social.

O fortalecimento da liberdade de se expressar, tão presente nas redes sociais digitais, forneceu um caminho hábil e célere para a comunicação entre os manifestantes acerca dos rumos dos protestos. Essa nova forma instantânea de se comunicar demonstra o poderio que o entrelaçamento das opiniões dos usuários obtém a cada momento.

Nesse sentido de manifestar o pensamento, emerge a democracia representativa, que tem como objetivo a busca de outros caminhos para se lutar pela estabilização dos poderes instituídos, enquanto as formas de expressão e mobilização popular expressam-se pelo dissenso, o protesto, a rebeldia, abrindo novos espaços para se debater assuntos corriqueiros e essenciais. O forte poderio no manejo de opiniões e manifestações, mudando indubitavelmente os rumos do país, fez surgir um novo tempo social, renovando a maneira do usuário-indivíduo de se posicionar criticamente nas suas relações sociais.

Referências

- ASCENSÃO, J. O. **Direito da internet e da sociedade da informação**: estudos. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- ALEXANDRINO, José de Melo. **Direitos fundamentais: Introdução geral**. Portugal, Estoril: Princípiã, 2007.
- _____. In: JUNIOR, Álvaro Rodrigues. **Liberdade de expressão e liberdade de informação**. Curitiba: Juruá, 2009.
- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Resumo de direito constitucional descomplicado**. 3. Ed. Revista e atualizada. São Paulo: Método, 2010.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. v.1. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. in A era da informação: Economia, sociedade e cultura.
- DALLARI, D. A. **Elementos de teoria geral do estado**. 30 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- GIOVANINI, Giovanni. **Evolução na Comunicação: do Sílex ao Silício**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Orgs.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LE MOS, ANDRÉ. **Cibercultura. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- LE MOS, A.; LÉVY, P. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia**. São Paulo: Paulus, 2010.
- LÉVY, PIERRE. **As tecnologias da inteligência - o futuro do pensamento na era da informática**. 13. ed. São Paulo: Editora 34, 2004.
- _____. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.
- MCLUHAN, Marshal. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1964. (Digitalizado).
- MCLUHAN, Marshal; CARPENTER, Edmund. **Revolução na Comunicação**. Editora Zahar. 1968.
- MELO, José Marques de. **Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- NEVES, Ricardo. **O novo mundo digital: você já está nele: oportunidades, ameaças e as mudanças que estamos vivendo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- NOVELINO, Marcelo. **Direito Constitucional para Concursos**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007.
- RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 21 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano – Da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo. Editora Paulus. 2ª edição. 2004.
- SOUZA, Carlos Henrique Medeiros. **Comunicação, Educação e Novas Tecnologias**. Rio de Janeiro: FAFIC, 2003.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação**. Portugal: Difel – Difusão Editorial, 1997.

Recebido em 2014-07-31
Publicado em 2015-01-15